

# **COGNIÇÃO SOCIAL, PRÁTICAS E COMPORTAMENTO**

## **Coordenadora:**

Zeidi Araújo Trindade (UFES)

## **Participantes:**

Helenina Aparecida Novo (UFES)

Eveline Maria Leal Assmar (UGF)

Celso Pereira de Sá (UERJ)

Maria Lucia Seidl de Moura (UERJ)

## PRÁTICAS CULTURAIS: PENSAMENTO MÁGICO-RELIGIOSO E SAÚDE REPRODUTIVA

*Zeidi Araújo Trindade*  
*Universidade Federal do Espírito Santo*

Os trabalhos que utilizam o referencial das representações sociais têm se mostrado bastante eficientes na produção de conhecimento sobre objetos sociais os mais diversos, tendo como um dos pressupostos a relação de reciprocidade entre representações sociais e práticas sócio-culturais. No entanto, temos tido dificuldade em criar metodologias de coleta e análise de dados adequadas para uma melhor apreensão das práticas, de maneira a permitir uma demonstração mais clara da relação pressuposta.

Talvez uma das dificuldades esteja na resistência em utilizar outros aportes teóricos que poderiam contribuir nesta direção. A ultrapassagem de algumas destas barreiras já tem sido colocada como inevitável por autores como Moscovici (1992) que, enfatizando a flexibilidade da psicologia, observa que a concepção da existência de uma oposição radical entre "cognição social" e "representação social" em um futuro próximo será apenas uma lembrança. Outros autores, ainda (por exemplo, Sá, 1994), têm investido no sentido de apontar as possibilidades de uma maior aproximação entre o behaviorismo radical e a teoria das representações sociais, baseados principalmente nas propostas de utilização de análise comportamental para uma melhor compreensão das práticas culturais (Lamal, 1991).

Apesar da diversidade de definições encontradas para a expressão práticas culturais, dependendo da perspectiva teórico-conceitual utilizada como referencial, alguns aspectos estão sempre em evidência:

- a) a apropriação de um conjunto de conhecimentos/ comportamentos objetivados por gerações anteriores;
- b) a importância da comunicação entre os membros de um determinado grupo social para a divulgação e manutenção destes comportamentos;
- c) a estabilidade destes comportamentos, repetidos em situações semelhantes por membros do grupo social;
- d) a relação entre algumas práticas e o pensamento mágico-religioso, independente das condições objetivas de informações científicas disponíveis num dado momento.

Sobre este último Moscovici (1992) aponta que, ao fim do século XX, com toda a tecnologia já alcançada, com a valorização da racionalidade na maioria dos setores da sociedade, não conseguimos "...banir do espírito todas as práticas denunciadas frequentemente como quimeras ou superstições... [estas práticas] retornam com toda força". (p.302)

Os problemas relacionados à saúde, e especificamente à saúde

reprodutiva, se constituem em temas privilegiados para a investigação das relações entre as práticas culturais e os elementos mágico-religiosos contidos nas representações. Neste âmbito emergem questões com forte conotação afetiva e de grande valorização social e individual, como aquelas sobre gravidez, aborto, fertilidade, entre outras. É onde também se pode verificar a extensão da penetração e da assimilação do conhecimento científico em combinação ou em oposição a outros tipos de conhecimento, ancorados nas práticas mágico-religiosas.

Partindo dessas considerações, nossa proposta é investigar os elementos mágico-religiosos presentes nas representações de objetos sociais circunscritos pela temática da saúde reprodutiva, a partir da teoria do núcleo central. Pretende-se verificar empiricamente as práticas relacionadas ao combate à doença e à preservação da saúde, bem como avaliar a possibilidade da aplicação dos princípios da análise comportamental às práticas culturais neste contexto.

## **PROCESSOS AFETIVOS E PRÁTICAS SOCIAIS: INVESTIGANDO A CONSTRUÇÃO DE DISCURSOS SOBRE A VIOLÊNCIA**

*Heleryna Aparecida Novo  
Universidade Federal do Espírito Santo*

Dentro do campo amplo e complexo de estudos voltados para os processos de construção do conhecimento social e suas interrelações com a constituição dos sujeitos e as práticas sócio-culturais, vários têm sido os enfoques que buscam dar conta de questões que, na sua base, defrontam-se com o desafio fundamental de romper com os impasses das perspectivas reducionistas e maniqueístas dentro da Psicologia Social.

Uma destas questões está relacionada à incorporação da dimensão afetiva na análise dos processos de construção do conhecimento. Ou seja, na incorporação e re-elaboração dos sistemas de referência que os indivíduos encontram no seu meio social, está em operação toda uma rede de significações investidas afetivamente que vai dinamizar a ação e a comunicação social. Longe de considerá-los como estados fundamentalmente referidos a um plano interno aos indivíduos, e superando-se a dicotomia cognição e emoção, os processos afetivos devem ser enfocados na perspectiva de sua ligação intrínseca com o conhecer e o agir, portanto, como práticas sociais (histórica e culturalmente situadas).

Particularmente, estou interessada em compreender como mediações psicológicas e mediações sociais são imbricadas umas nas outras e se explicitam na forma como indivíduos elaboram discursivamente suas representações, de forma a dar conta da realidade que vivem cotidianamente. Nesse sentido, resgatar os processos emocionais como mobilizadores e orientadores na reprodução ou criação de novos elementos desse sistema representacional, objetivados nas

relações com o eu, com o outro e a sociedade de forma geral.

Nesta perspectiva de análise dos entrecruzamentos entre linguagem e emoção, estou trabalhando com a construção de discursos sobre a violência social, no sentido de sua elaboração pelos indivíduos na sua experiência particular, buscando refletir sobre as implicações da instituição de uma cultura da violência para os processos de convivência social.

## O COMPORTAMENTO SOCIAL DE JUSTIÇA: EM BUSCA DE UMA COMPREENSÃO DE SUA FENOMENOLOGIA

*Eveline Maria Leal Assmar  
Universidade Gama Filho*

A investigação sistemática do comportamento social de justiça, recorrendo-se a referenciais teóricos concebidos em outros países e a metodologias tradicionalmente enfatizadas pela Psicologia Social, se bem tenha contribuído sobremaneira para o entendimento de várias facetas dessa temática complexa, propiciou também análises críticas dessa forma de conhecer ou de se abordar fenômenos locais.

Ressaltam, de pronto, três ordens de preocupação. Em primeiro lugar, a propriedade que tem o método experimental de estruturar o *setting* para fins de controle e de testagem das hipóteses acaba por "confinar" os sujeitos em situações parcialmente imobilizantes, quase sempre sem qualquer contato social, fazendo-os revelar-se de forma vigiada ou vigilante. Ora, quando o que está em jogo é o estudo da percepção e reação à injustiça, constata-se que essa postura pode ser impeditiva ou inibidora de uma expressão mais natural de julgamentos e de ações relacionadas à situação de injustiça experimentalmente criada, principalmente quando a "vítima" se vê diante do "beneficiário" dessa situação.

Em segundo lugar, fica a indagação quanto à pertinência ou relevância dessa mesma situação no conjunto das experiências reais dos participantes. Analisando-se as suspeitas, geradas por outros tipos de estudos sobre experiências de injustiça, de que as pessoas empregam o termo injustiça de forma mais ampla do que os psicólogos sociais geralmente o fazem (Mikula, 1986, 1990) acentua-se a possibilidade da pouca correspondência entre a compreensão científica da injustiça e a compreensão do senso comum. Acrescente-se o comentário de Deutsch (1985, 1991) de que, apesar da intensa atividade experimental desencadeada pela Teoria da Equidade, praticamente não há pesquisa relacionando a fenomenologia da injustiça às experiências reais no cotidiano das pessoas que infligem ou sofrem injustiça.

Finalmente, na medida em que o interesse possa ser o de avaliar comportamentos em busca dos processos cognitivos e afetivos que lhes estão subjacentes e, se considera que o desenvolvimento e conteúdo desses processos vinculam-se substancialmente às condições sociais e culturais, historicamente determinadas, não há como cogitar que o contexto cultural sirva apenas como

"pano de fundo passivo" para a interpretação das condutas. Ou ainda, não há como aceitar a pretensão de eliminar o problema, declarando-se simplesmente que a cultura está sendo levada em conta porque, afinal, as pessoas não se encontram em um vácuo social. Isso parece ser pouco diante da influência decisiva do contexto cultural como balizador e estruturador da personalidade e das condutas sociais (Diaz - Guerrero, 1994).

Em face dessas considerações, propõe-se, em continuidade à linha de estudos que se vêm desenvolvendo nos últimos anos, que se discutam a viabilidade e fertilidade do uso de construções teórico-conceituais de diferentes campos e de metodologias diferenciadas para o estudo e abordagem de temas tão vitais como a justiça/injustiça, tanto no plano individual quanto no plano intra ou intergrupar. Trata-se, outrossim, de avaliar de que forma e em que extensão os matizes das especificidades culturais podem qualificar diferencialmente os modos de perceber e reagir a situações vivenciadas como injustas. Por fim, a utilização complementar de metodologias não-experimentais poderia servir ao propósito de apoiar análises e interpretações também em dados "mais espontâneos" e em comportamentos não-episódicos, situados mais compreensivamente na vivência global que os sujeitos possam ter, direta ou indiretamente, com problemas e questões relacionados à injustiça.

## COMPORTAMENTOS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

*Celso Pereira de Sá*

*Universidade Estadual do Rio de Janeiro*

Uma das definições de representações sociais proporcionadas por Moscovici enfatiza sua função na orientação dos comportamentos dos indivíduos na vida cotidiana, como uma aspecto que as distingue basicamente de outras formas de pensamento socialmente constituídas e compartilhadas. Nesse sentido, o campo das representações sociais participa da perspectiva cognitivista geral de que o comportamento merece uma atenção apenas na medida em que constitui uma decorrência do pensamento.

Não obstante, a teoria das representações sociais se afasta igualmente dos demais cognitivismos ao privilegiar a gênese social desse tipo de pensamento. Afasta-se inclusive da corrente americana da "cognição social", na qual a formação social das cognições se restringe à consideração dos processos de desenvolvimento sócio-cognitivo dos indivíduos. As "representações sociais" apelam, por seu turno, para uma determinação, ao mesmo tempo micro-social e macro-psicológica, a partir das práticas sociais. Aos poucos behavioristas que sobreviveram à chamada "revolução cognitivista" fica a impressão de que ambas as perspectivas sócio-cognitivas procuram escapar, cada uma à sua maneira, do "fantasma" do comportamento como categoria psicológica.

O presente trabalho se propõe a sistematizar as proposições "behavioristas radicais" atualizadas de "metacontingências de reforço", que parecem poder

proporcionar uma base comportamental à noção de práticas sócio-culturais, privilegiadas no campo das representações sociais (notadamente pela teoria do núcleo central), bem como discutir o grau em que a construção teórica do "comportamento governado por regras", emergente de uma "comunidade verbal", é capaz de promover um "denominador comum" para a articulação entre o desenvolvimento cognitivo individual (universalmente considerado), que a "cognição social" focaliza preferencialmente, e a gênese mais culturalmente - ou subculturalmente - determinada do pensamento, que atrai a atenção dos pesquisadores das representações sociais localizáveis e datáveis.

## PRÁTICAS SÓCIO-CULTURAIS, CONSTRUÇÃO COMPARTILHADA DE CONHECIMENTO E REPRESENTAÇÕES

*Maria Lucia Seidl de Moura*  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro*

M. Cole atribui bastante importância à noção de Zona de Desenvolvimento Proximal de L.S. Vygotsky e a define como o espaço onde *"cultura e cognição se criam"*. Em estudos com D. Newman e P. Griffin, em obra de 1989, amplia a discussão de Vygotsky e introduz a noção de zonas de construção, espaços onde significados são negociados e há a transformação de organizações interpsicológicas em processos intra-psicológicos. O que ocorre entre os indivíduos é reelaborado e internalizado por cada um deles de uma forma particular, através de um processo de *apropriação*, discutido por A. N. Leontiev.

A noção de atividade é importante. As ações humanas são vistas como organizadas num sistema funcional, regulado por metas e executado como um conjunto de operações, tal como discutido por A. L. Lozano. A linguagem fornece elementos para a mediação semiótica, considerada um atributo funcional da atividade, e que modifica sua organização. Através da experiência sócio-cultural, os indivíduos de uma cultura adquirem, ou melhor, se apropriam, de um conjunto de práticas convencionais ou procedimentos de ação, que podem ser gerais, sócio-comunicativos ou específicos para determinadas tarefas.

A indeterminação no discurso é o conceito chave na formulação da noção de zona de construção para Newman, Griffin e Cole. Newman, Griffin e Cole entendem que esta indeterminação do discurso explica a mudança cognitiva. Em trocas conversacionais, quando interlocutores interagem, diferentes perspectivas estão em jogo. Cada um deles age *como se* o outro tivesse o mesmo quadro de referência, se apropria do que é dito e o reinterpreta. Com isso, há a possibilidade de mudança cognitiva.

Este trabalho pretende articular a noção de zona de construção e estudos sobre desenvolvimento de protótipos, com a formulação de J. Abric da Teoria do Núcleo Central das Representações Sociais. Será discutido o processo de apropriação e de transformações intra e interpsicológicas nas ZC e a possibilidade destas serem consideradas como o espaço onde se desenvolvem protótipos e se constroem e internalizam representações.